

“Grandes Famílias” e estruturação do espaço do poder em Sergipe: *Reconversões sociais e esferas de atuação*

David W. S. dos Santos & Hélio W. S. Leandro

*Laboratório de Estudos do Poder e da Política, Universidade Federal de Sergipe, 49100-000, São Cristóvão-SE
dwtribo@yahoo.com.br*

(Recebido em 31 de agosto de 2010; aceito em 20 de dezembro de 2010)

Este artigo se apresenta como recorte da pesquisa “*Grandes Famílias*” e estruturação do espaço do poder em Sergipe: *Reconversões sociais e esferas de atuação* e tem como objetivo analisar a estruturação do espaço do poder em Sergipe a partir da constituição das “grandes famílias”. Análise que está inserida num contexto maior, o da “formação de elites” e busca apreender os mecanismos de seleção, manutenção e reprodução dessa elite dentro das engrenagens do poder. Centrando-se no exame de composições das trajetórias sócio-políticas de famílias tradicionais e de seus principais expoentes ao longo da história de Sergipe, o presente estudo objetiva apreender as diferentes lógicas de consagração social acionadas por essas famílias, que têm como função assegurar-lhes as posições “dominantes” que ocupam. Para tanto, são postos em evidência os tipos de recursos envolvidos das mais diversas esferas de atuação e as formas como estes recursos foram e são mobilizados pelos agentes em questão; além de expor as estratégias de reprodução familiar, com base em práticas como as alianças matrimoniais entre os membros de “grandes famílias”.

Palavras chave: grandes famílias, recursos, esferas de atuação, estratégias de consagração.

This article consists in a part of the research “*Large Families*” and structuring from the space of power in Sergipe: *Social conversion and spheres of activity* and aims to analyze the structure of space power in Sergipe from the “large families” constitution. Analysis that is embedded in a larger context, the “formation of elites” and seeks to apprehend the elite’s selection, maintenance and reproduction mechanisms in the gears of power. Focusing on the examination of socio-political trajectories of traditional families compositions and their main exponents along the history of Sergipe, this study aims to understand the different logics of social consecration triggered by these families, which function are to assure them the “dominant” positions they occupy. For this, we highlighted the types of resources involved in many different spheres of action and the ways in which these resources have been and are mobilized by the actors concerned; in addition to exposing the strategies of family reproduction, based on practices such as marriage alliances among members of “large families.”

Keywords: large families, resources, spheres of action, strategies consecration.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo a análise da estruturação do espaço de poder em Sergipe, tendo como foco o estudo do processo de formação, composição, reprodução e consolidação de “grandes famílias” como representantes da “elite política” local. Conclui-se que o estudo se insere numa temática mais ampla, a da formação de elites e de grupos dirigentes, que tem como direcionamento o estudo dos padrões de recrutamento e seleção de elites, no presente caso, em sociedades periféricas, como é o caso brasileiro. (SEIDL, 1999, 2002)

Não cabe aqui uma análise minuciosa dos problemas e distorções, que a utilização das noções de *elite política*, *grupo dirigente* ou mesmo *classe dominante*, trazem as Ciências Sociais (ver CORADINI, 2008). Com base na análise das “trajetórias” de algumas famílias que serão expostas, encontrar-se-ão grupos dominantes de caráter conservador, que visam a manutenção da ordem para a manutenção de seus privilégios, mesmo aqueles grupos familiares que fazem novos investimentos, se adaptam e de certa forma promovem a modernização, buscam com isso manter o poder em suas mãos. (SAINT MARTAN, 1995; 2008). Convém ressaltar que ao contrario do que se possa pensar, não são os agentes sociais componentes dos grupos dirigentes ou as “grandes famílias” em si, o foco central do estudo; ainda que as

composições de suas trajetórias sejam imprescindíveis, sendo a base da análise; mas sim as modalidades e mecanismos de recrutamento, formação e manutenção desses grupos, as estratégias de reprodução, os recursos que acionam e as formas como os utilizam e reconvertem para outras esferas de atuação, visando à perpetuação de um “nome” e assegurar-lhes as posições dominantes que ocupam, dentro da estrutura sócio-econômica e política. O que esta em pauta deixa de ser “as elites” passando a ser as estruturas de poder e dominação, nas quais, evidentemente, as posições dominantes são ocupadas por determinadas categorias sociais, designadas ou não como elites. (CORADINI, 2008, p.13)

Para o estudo das “grandes famílias”, adotamos como estratégia metodológica a análise das composições de *trajetórias* sociais, profissionais e principalmente políticas de três “grandes famílias”, centrando-nos ainda mais na composição de itinerários individuais dos representantes mais expressivos destas famílias. As três “grandes famílias” a serem analisadas têm em comum a forte contribuição para a estruturação do espaço de poder em Sergipe; para as duas primeiras mais restritas a determinados períodos, especificamente boa parte do período de Sergipe Império e na Primeira República, respectivamente. Deter-nos-emos com maior ênfase na terceira “grande família” analisada, a qual seu nome já aparece em documentos sergipanos no século XVIII (ARAÚJO, 2002), nome este que em dias atuais continua muito comum entre as “elites” sergipanas. A família *Franco* de poucos recursos atravessou as intempéries do tempo, sempre em posições dominantes, como agentes protagonistas da história de Sergipe.

Busca-se a compreensão de como estas famílias se constituíram enquanto agrupamentos relevantes para a estruturação do espaço de poder em Sergipe, a partir da apreensão de suas lógicas de recrutamento, seleção, reprodução e consagração das mesmas de forma que lhes garantam a manutenção das posições dominantes. Dentre as principais estratégias de reprodução familiar estão às alianças matrimoniais endógenas¹, com o objetivo de fortalecer os laços internos ou também as *exógenas*², entre descendentes de “grandes famílias” diferentes, alianças que buscavam a expansão das redes de relações entre ambas as famílias envolvidas, visando a multiplicação de seus recursos: bens, prestígio, notoriedade, sobretudo a perpetuação de uma nome “nobre”, este trunfo em dias atuais ainda é bastante acionado para a consagração das “grandes famílias”. (SEIDL, 2002).

Num estudo como este se faz imprescindível a análise dos *recursos*, possuídos e acionados estrategicamente pelos agentes e as famílias em questão. Estes recursos, ou como outros autores das Ciências Sociais, com base nos escritos do teórico francês Pierre Bourdieu, preferem chamar, de *capitais*, são provenientes das mais distintas esferas: social, simbólica, econômica/financeira, política, profissional, escolar, entre outras. Um mesmo grupo dominante pode acumular diferentes espécies de recursos e utilizá-los de forma vantajosa, pra obter outros, ou fortalecer os que já possuem, objetivando manter-se entre as “elites”. Convém observar que, a principal característica destes recursos, são as suas capacidades de serem convertidos e/ou reconvertidos para outras esferas a depender do interesse e manipulação dos seus proprietários, seja ele um indivíduo ou uma família. (SANIT MARTIN, 1995; CORADINI, 2001; SEIDL, 2002).

A exemplo de recursos obtidos, concentrados e acumulados pelas “grandes famílias” aqui analisadas, estão: os recursos econômicos, com base na posse da terra, a propriedade de engenhos e usinas, a posse e/ou a direção de grandes empresas e novos investimentos, que estão relacionados também com os recursos profissionais e escolares; recursos sociais, nestes contidos também os recursos simbólicos de notoriedade, status social, títulos honoríficos, patentes, ou refletidos na extensa rede de relações pessoais. Contudo aqui, merecem maior destaque os recursos para os quais os outros são constantemente reconvertidos, os recursos políticos: encarnados em posições políticas de referência. Um número considerável de membros das “grandes famílias” analisadas participava e/ou participa ativamente da política sejam em postos dirigentes por indicação como é o caso de alguns presidentes/governadores de Sergipe Provincial, ou por meio de eleição no período republicano, assumindo cargos de deputados

¹ Aliança endógena ou endogâmica é o casamento entre membros de uma mesma família.

² Exógenas, pois são alianças entre famílias distintas, mas também podem ser endógenas se levado em consideração que os casamentos são realizados dentro das “grandes famílias”.

estaduais, deputados federais, senadores, prefeitos e governadores do Estado. Importante também salientar que periodicamente alguns desses recursos perdem seus prestígios de outrora e são substituídos por outros, aquelas famílias que enveredam nas mais diversas áreas, e buscam se inovarem tem mais predisposições de continuarem ao longo do tempo ocupando posições dominantes na estrutura da sociedade (SAINT MARTIN, 1995). Esta pode ser uma das explicações plausíveis para o entendimento da não “sobrevivência” de alguns nomes e famílias aqui mesmo expostos.

2. METODOLOGIA

A metodologia para o presente artigo centrou-se em dois pontos: na análise da revisão da literatura sobre a temática abordada e na pesquisa documental. Os eixos de análises utilizados e elaborados são provenientes do aprofundamento analítico sobre referências conceituais das Ciências Sociais, que tratam sobre estudo de elites, estratégias de reprodução e consagração social, família, heranças políticas, recursos, reconversões, etc. Num outro plano constitutivo da pesquisa, na busca de situar espacial e temporalmente as “famílias”, nós utilizamos fontes de cunho histórico que desvendam os aspectos políticos e econômicos da sociedade sergipana. Por fim, as fontes que proporcionaram a base, sobre a qual a análise sociológica foi aplicada, se restringem a referências informativas sobre as famílias e agentes que foram tomados, neste relatório, enquanto referenciais “empíricos”.

As referências e fontes de informação de caráter documental, que foram coletadas e exploradas ao longo da pesquisa sobre as famílias analisadas foram coletadas na Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe e, sobretudo no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, no qual foram realizadas inúmeras visitas. Outra forma de levantamento de dados, que a princípio teve como objetivo o preenchimento de lacunas, mas que se mostrou imprescindível em algumas das fases da composição do relatório, foi à pesquisa em sites.

Há certa dificuldade para leitores desavisados, compreenderem as produções das ciências sociais, pois lhes são apresentados o resultado das pesquisas enquanto os meios pelos quais se chegou àqueles resultados são muitas vezes negligenciados. “O produto acabado, o *opus operatum* esconde o *modus operandi*” (as condições de produção). (BOURDIEU, 2003). Tomando esta lógica como orientação, faz-se imprescindível uma análise das fontes bibliográficas utilizadas para a produção deste artigo. É imperativo que o pesquisador tenha plena consciência de que suas fontes de pesquisa, principalmente aquelas de cunho biográfico, não são produzidas ao acaso, elas ao contrário partem de interesses sociais específicos dos biógrafos (MICELI, 2001). Todas as fontes biográficas produzidas por historiadores, jornalistas, ou mesmo membros das famílias utilizadas neste trabalho tem em comum a função de reprodução e consagração social da família e/ou do agente biografado.

Convém ressaltar que o material disponível sobre as famílias contidas no escopo deste artigo, se mostrou muitas vezes precário, e confuso, nem sempre as informações encontradas eram consensuais. Todavia, insistimos nos nossos referenciais empíricos, pois nestas famílias encontramos subsídios para comprovar na prática aquilo que levantamos como hipótese de pesquisa, que o espaço de poder em Sergipe se estruturou em torno de “grandes famílias”, ou que estas famílias, dentre outras que não entraram diretamente na pesquisa foram e são responsáveis pela arquitetura do poder do Estado. A pesquisa tem entre seus objetivos, um bastante audacioso, o de contar a história de Sergipe através da composição e trajetória das famílias analisadas. Dessa forma buscamos uma família que representasse de maneira satisfatória os três períodos: Período Império, o período de transição (proclamação da República e República velha) e a República plena, por assim dizer.

As três famílias que escolhemos também obedecem a uma lógica temporal de acionamento de recursos. Os “Botos” representam uma estirpe familiar que descende da nobreza portuguesa; seu principal expoente, Sebastião Gaspar de Almeida Boto foi também um representante do perfil do político do período imperial figurou aproximadamente meio século na política imperial, acionando recursos como a posse da terra e a carreira militar, reconvertendo tais

recursos com o objetivo de ascender a postos políticos de destaque. A “Família do Periquito” que representou o período de transição política entre Império e República, foi responsável pela primeira “Oligarquia” instalada no Estado, conservadores, mantiveram o poder político entre o grupo familiar o quanto puderam; como fase de transição foi entre eles que se observaram os mais incipientes e relevantes investimentos em recursos escolares e profissionais, produzindo juristas e médicos, além de recursos simbólicos, encarnados nos preceitos cristãos (Pr. Olímpio Campos), também reconvertendo estes recursos para a esfera política. E por fim a “Família Franco”, que apesar de se mostrar ativa em quase toda a história de Sergipe, foi no período republicano que teve seu ápice, com suas inovações e investimentos em recursos mais atualizados, a inserção na esfera empresarial, lidando com fábricas, indústrias, meios de comunicação, banco, entre outros investimentos, lhes rendeu o status de principal representante das “grandes famílias” da atualidade.

Outro ponto imprescindível para a opção por tais famílias como objeto de análise é que para além dos diferentes períodos que elas representam e o variado leque de recursos que acionam, elas têm em comum uma característica que garante maior legitimidade a uma pesquisa das Ciências Políticas: A forte e restrita relação com a política, em cada uma das famílias analisadas se destacou um chefe/presidente de partido político e um representante político que chegou ao posto máximo da política estadual, além de outros familiares que também galgaram postos políticos eletivos. Outro fator homogeneizador das famílias é que elas promoveram matrimônios importantes para a reprodução e consagração social de cada uma.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO: AS “GRANDES FAMÍLIAS”

Os “Botos”, da esfera militar à política: estratégias de reprodução familiar

Um dos aspectos centrais para a compreensão do fenômeno de reprodução das “grandes famílias” em Sergipe é a própria história peculiar de como se constituiu a sociedade sergipana. A forte concentração de terras resultou numa divisão social intensa, que refletiu na formação dos primeiros grupos e famílias poderosas. A lógica colonial de exploração resultara na criação dos grandes latifúndios de monocultura que por sua vez tiveram suas bases na “má” distribuição das terras; favorecendo decisivamente a concentração das terras nas mãos de uns poucos potentados, surgiram assim os primeiros grupos de poder no Brasil e em Sergipe (FREIRE, 1977). Durante todo o período colonial e imperial, em terras sergipanas, quem ditava as ordens da sociedade eram os chefes locais, “os donos do poder” bem como coloca a historiadora Maria Thetis Nunes (2006) citando Raimundo Faoro. Estes chefes locais adquirem um status significativo na sociedade sergipana, detentores de extensas faixas de terra, eram também os motores da economia que se tornavam cada vez mais, influentes na esfera política, a exemplo de Sebastião Gaspar de Almeida Boto, o primeiro dos referenciais “empíricos” analisados neste relatório.

O Tenente-Coronel e comendador Sebastião Gaspar de Almeida Boto, filho legítimo do coronel João de Aguiar Caldeira Boto e D. Ana Jerônima da Silveira, nasceu a 17 de setembro de 1802 no engenho Maruim de Cima, então pertencente à Vila de Santo Amaro, faleceu a 31 de maio de 1884 no engenho Poxim, município da cidade de S. Cristóvão. De nobre estirpe portuguesa, a sua genealogia ascendente procede pela linha materna da ilustre família dos Távora (GUARANA, 1925; BARATA, [2005?]). O Coronel João de Aguiar Caldeira Boto, descendente de uma nobre família, por meio de herança deixada pela família e com seu próprio manejo com os negócios passa a ser detentor de parques recursos econômicos, dono de engenho, criador de gado, com uma propriedade bastante extensa, converte tais recursos para a esfera política e se torna deputado provincial da primeira composição da Assembleia Provincial, para o triênio 1834-1837, além de desfrutar de uma boa rede de relações pessoais. Seu filho, Sebastião o acompanha nos seus itinerários, primeiro servindo à pátria e depois entrado na política. Ainda aos 19 anos de idade, em 1821, Sebastião Gaspar de Almeida Boto, decidiu servir seu país, prestando-se voluntariamente a manter à sua custa uma companhia de guardas milicianos, provando com isso que já detinha recursos econômicos consideráveis e os convertera para a

esfera “militar”, comandou como tenente, durante a guerra da independência, recebendo por essa ocasião os maiores elogios do general Pedro Labatut. Em “A Espada como Vocação...” de Ernesto Seidl (2002), este analisa os padrões de recrutamento das elites do Exército no Rio Grande do Sul, o autor relata “o contexto de não-autonomia do domínio militar frente a outras esferas sociais, e muito em especial à da política”. (SEIDL, 2002, p. 105). Vê-se no caso de Sebastião Boto e seu pai algo similar, uma primeira reconversão de recursos econômicos para a atuação militar, e posteriormente a utilização desse capital acumulado para a inserção na esfera política, no período imperial foi comum a ascensão de militares aos altos cargos administrativos e eletivos de Sergipe.

Sebastião Boto foi nomeado Coronel comandante superior da Guarda Nacional de Sergipe em 1841, e no dia da sagração e coroação de D. Pedro II, recebe o título de Comendador da Ordem da Rosa. (BARATA, [2005?]). Agora que concentrara um capital “militar”, através de seu pai Coronel, e de suas condecorações e serviços prestados a coroa e a província de Sergipe, Sebastião Boto reconvertera tais recursos para a política, figurando salientemente nesta esfera de atuação cerca de quarenta anos, desempenhando elevados cargos públicos e políticos. Foi deputado provincial da primeira composição da Assembleia Provincial de Sergipe (1834-1837), na Câmara dos Deputados permanece de 1838 a 1844. (GUARANÁ, 1925). Esteve quatro vezes na vice-presidência da província assumindo interinamente a presidência em todos os mandatos, na quinta vez foi diretamente nomeado Presidente, empossado em 1841, permanecendo no cargo por um ano.

Suas vice-presidências foram determinadas por sua extensa rede de relações com grupos familiares, políticos e militares. Os Presidentes da Província eram coronéis, tenentes, capitães-mores ou mesmo bacharéis que reconheciam o prestígio que Sebastião Boto e sua família atingira. Um desses presidentes em particular, fazia parte de sua família, casado com uma tia, irmã de seu pai, Francisca de Aguiar Caldeira Boto, esta, numa estratégia matrimonial, que promovera a reprodução e expansão de sua família e das relações desta, sobretudo militares, casa-se com o Coronel Bento de Melo Pereira. Este recebe o título de Barão de Cotinguiba em 1849 (ALBUQUERQUE, 2002). Foi Capitão-Mor e comandante das armas de Sergipe (1827-1829), patente de maior referência militar da província, indicado diretamente pelo Imperador, seu poder local só se comparava ao presidente da província (ABREU, 2006). Presidente de Sergipe em 1937, vice-presidente em 1834-1837-1939-1842, senador e comandante superior da Guarda Nacional, além de comendador da Ordem de Cristo. (GUARANÁ, 1925); Teve com Francisca de Aguiar Caldeira Boto, seis filhos, que deram continuidade ao nome da família, quatro levaram o sobrenome Boto, com destaque para João de Aguiar Boto (de Melo), que recebe o nome de seu tio, pai de Sebastião.

Sebastião Boto transitara com facilidade por entre diferentes esferas de atuação, convertendo e reconvertendo recursos: suas boas relações políticas, sociais, militares mantidas e realimentadas com membros do alto escalão da Província funcionavam como trunfos passíveis de serem acionados da forma que lhe convinha, inclusive e, sobretudo para garantir a notoriedade do nome de sua família (SAINT MARTIN, 1995; SEIDL, 2002). Nesta perspectiva encontramos também as estratégias de reprodução familiar, a principal e mais eficaz, é aquela baseada nas alianças matrimoniais, instrumento importante de manutenção e ampliação de recursos sociais, simbólicos e econômicos. As alianças matrimoniais unindo descendentes de “grandes famílias” ou multiplicando laços de parentesco já existentes são sem dúvida alguma um recurso ou trunfo que foi e continua, sendo bastante mobilizado para a perpetuação destas “grandes famílias” (SEIDL, 2002). Sebastião Gaspar de Almeida Boto aciona esta estratégia de reprodução familiar e se casa com Joana Dias Coelho de Melo, membro de uma das mais expressivas famílias do período Imperial, filha do Barão de Itaporanga, Domingos Dias Coelho de Melo e irmã do Barão de Estância Antônio Dias Coelho e Melo. Domingos Dias Coelho e Melo, nascido em 1775, era filho de outro de igual nome³, foi casado com Maria Micaela Dantas de Melo, filha do combativo Coronel José Rodrigues Dantas. Domingos de Melo, grande fazendeiro e dono de engenho, teve a oportunidade de recepcionar o Imperador D. Pedro

³ A repetição dos nomes entre descendentes de uma mesma família é mais uma das estratégias de reprodução familiar, que como se verá, perdura até dias atuais.

II em uma visita a Sergipe, instalando-o em seu Engenho Escurial, localizado em São Cristóvão (ALBUQUERQUE, 2000-2002; BARATA, [2005?]). Para multiplicar os laços com esta “grande família”, Sebastião casa suas duas filhas com dois dos filhos de seu cunhado Antonio Dias Coelho de Melo (Barão de Estancia): Ana Luiza Boto Dias se casou com Pedro Dias de Melo, e Rita Dias de Almeida Boto, casou com um primo. (BARATA, [2005?]), seu sobrenome Dias nos leva a crer que tenha sido com mais um dos Dias Coelho e Melo.

Como se pode constatar, foram muitas as modalidades de consagração familiar que os Boto acionaram no decorrer de seu histórico familiar. Esta “grande família” se constituiu em um elemento importante para a estruturação do espaço de poder em Sergipe. A inserção desta “grande família” nas mais diversas esferas de atuação: econômico, “militar”, político; proporcionaram-lhes recursos mobilizáveis e reconversíveis em recursos simbólicos, de notoriedade. Uma das explicações que se pode dar para a não “sobrevivência” desta grande família até dias atuais, poderia ser o não investimento da família em novos recursos que se tornaram importantes ao longo do tempo, como a escolarização e ou profissionalização. (SAINT MARTIN, 1995)

A família do Engenho Periquito

Na segunda metade do século XIX, Sergipe entra num período de desenvolvimento que atinge a produção açucareira, em termos de equipamentos e produção possibilitando o crescimento de núcleos urbanos: Estância, Laranjeiras, Propriá e Aracaju são exemplos de cidades catalisadoras das transações econômicas. Nas palavras de Maria Thetis Nunes (2006): “A vida sócio-política sergipana gravitava, até os fins da Velha República em 1930, em torno dos senhores da indústria açucareira que detinham o poder econômico”.

Na década de 1870 a terra perdera seu prestígio de outrora, novas estruturas de poder haviam de erguerem-se, novos recursos, como o grau de escolaridade, aos poucos substituíam ou somavam-se aos recursos econômicos, os filhos dos potentados rurais iam estudar fora, acumular capital cultural, que no retorno se somaria aos capitais acumulados por sua família e os reconvertiam em recursos políticos, prova disso era que em fins do período imperial a Assembleia Legislativa Provincial era composta em mais de 50% por bacharéis. Segundo Seidl (2002) desde a origem da sociedade brasileira, esta é regida por dois princípios de recrutamento e seleção de sua elite política: o princípio “extra-meritocrático”, que tem por base as relações sociais e pessoais, o capital de notoriedade acumulado por uma “grande família”, por exemplo, que eram acionador objetivando a inserção destes agentes na política; e o princípio “meritocrático” observado em fins do período imperial e na República, que tem por base o mérito conquistado no mais das vezes pela escolarização e/ou profissionalização.

A proclamação da república em 15 de novembro de 1889 trouxe novos ânimos à vida política brasileira, a nova ordem exigia uma nova estruturação do poder sem a interferência do Imperador. Contudo, Campos Sales, Presidente federativo eleito em 1898, implanta um sistema administrativo que só beneficiava aos “donos do poder” e a formação de “Oligarquias”. A política dos governadores, onde estes passaram a ter autonomia para escolher seus sucessores, gerou uma estagnação da elite política. Com a sonhada democracia posta de lado, as eleições eram só blefe, ascendia aos postos políticos quem os chefes locais queriam, pois detinham sob seus comandos a massa do eleitorado. Em Sergipe se instala a “Oligarquia Olimpista”, que tem como cabeça e primeiro representante “eleito” para presidir Sergipe, Olimpio Campos (1899-1902), também chefe do partido Republicano conservador. (DANTAS, 2004). Eis a próxima “grande família”, ainda que mais tímida em termos de expansão, a ser analisada; partiremos da trajetória de seus membros e em especial do principal expoente, Olimpio de Souza Campos e de

suas estratégias de consagração e reprodução social, para expor a contribuição de sua família na estruturação do espaço de poder em Sergipe.

José Vicente de Sousa (avô paterno de Olimpio Campos), foi fruto de um relacionamento entre Zacarias de Sousa e D. Josefa Seabra. Segundo Edilberto Campos (1955-1958) Zacarias nasceu em Lagarto parente da notável família Fontes. Após ter um único filho foi para a Bahia atendendo ao chamado do sacerdócio tornar-se padre, de volta a sua terra natal cria o filho dentro dos preceitos cristãos e numa estratégia de reprodução familiar casa este, José Vicente de Souza com Porphíria Maria Curvelo D'Avila filha de grande fazendeiro o capitão-mor Manuel José Campos e neta pela linhagem materna de Joaquim Curvelo D'Avila, descendente de Garcia D'Avila, um dos primeiros desbravadores do território sergipano. Deste casamento arranjado na Villa de Itabaianinha entre os canaviais do engenho Periquito nascem cinco filhos entre eles Olimpio de Sousa Campos (1853). (CARMELO, 1910; DANTAS, 2007)

Um recurso importante que aparece nessa família esta a nível simbólico, os *preceitos cristãos*, dos quais toda a família e principalmente Olimpio Campos acionara como trunfo pertinente para a inserção no campo da política, por meio da conquista de um capital de notoriedade e reconhecimento enquanto padre. Este recurso, encarnado na religião católica funciona de maneira similar ao recurso militar acionado pela família dos Botos já apresentada, são bases para a conquista de novos. O pai de Olimpio Campos, José Vicente de Souza (1815), que foi nomeado Tenente-Coronel da Guarda Nacional, dedicara-se também a esfera política, foi chefe político do partido conservador, explorando suas redes de relações sociais. Teve com sua esposa, Porphiria de Campos, cinco filhos, classificados por Edilberto Campos (1958) como “filhos do Periquito” (engenho da família).

São estes os filhos de José Vicente de Souza: Guilherme de Souza Campos (1850) bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais em 1871; na sua longa carreira pública e política assumiu inúmeros postos: promotor público (Lagarto: 1872-1873); juiz municipal (Geremoabo: 1874-1878); juiz de direito (Maranhão e em Lagarto); chefe de polícia (Espírito Santo: 1889). Nomeado desembargador (1892), Presidente do Tribunal, chefe de polícia do Estado. Presidente do Estado (1905-1908) por indicação de seu irmão o Pr. Olímpio Campos. Guiado por seu pai, foi militante do partido conservador, deputado provincial (1872-73 a 1878-79) e senador federal (1909 a 1917).

José Zacarias de Souza (1855) formou-se em Medicina na Bahia em 1876, passando a exercer a profissão, foi deputado provincial (1880-1881, 1882-1883). Aproveitou os recursos simbólicos e políticos acumulados por sua família, que a muito comandara um partido monárquico, e os converteu para garantir-lhe uma carreira rápida e progressiva. Em 1889 retirou-se para o Estado de São Paulo dividindo-se entre a sua carreira médica e a de fazendeiro. Como já ressaltado neste trabalho, alguns recursos perdem seu prestígio e outros vão tomando o seu lugar, o investimento escolar e profissional até então pouco acionado pelas “grandes famílias” de Sergipe, rendeu ainda mais prestígio para os “filhos do Periquito”. Manuel Candido (1858), este ficou nos cuidados do Engenho Periquito, engenho este que rendera bons lucros a família, manteve três de seus filhos estudando nas capitais de maior renome intelectual do período. Candido também se inclinara para a esfera política, sendo prefeito e vereador de Itabaianinha. A única mulher dos filhos de José Vicente de Souza chamava-se Maria Florentina (1851), que numa estratégia de reprodução familiar, para a soma dos capitais econômicos, casou-se com o proprietário do Engenho Carnaíba. (GUARANÁ, 1925; CAMPOS 1958)

Olimpio de Souza Campos vai para Recife bacharelar-se em Ciências Jurídicas e Sociais, mas inclinado ao sacerdócio seguindo a mesma vocação de seu avô, interrompe o curso e segue para a Bahia, metrópole eclesiástica, e se matricula no seminário Archiepiscopal. Em 1877 é formado Padre e passa a assumir os encargos paroquiais de sua cidade, chegando assumir a Catedral metropolitana e ao posto de Monsenhor, segundo o Padre Antônio Carmelo (1910) foram 23 anos de atividades eclesiásticas, e neste meio tempo Olimpio Campos já atuava dentro da esfera política, reconvertendo sua notoriedade que conquistara como pároco, em trunfos pertinentes a conquista de votos. Sua trajetória política é bastante intensa, alistado num dos partidos monárquicos que lhe proporcionou a expansão de suas redes de relações com lideranças

políticas como Leandro Maciel e Rodrigues Dória, se elege deputado provincial (1882-1883, 1884), deputado geral (1885 e 1886-1889) e posteriormente deputado à constituinte do Estado em 1891. Seu prestígio político fez com que sua opinião fosse decisiva para a aceitação do regime republicano em Sergipe. Olimpio Campos estava por acumular um considerável volume de recursos políticos, reconvertidos em recursos simbólicos, de notoriedade e num efeito reverso, o prestígio que arregimentava entre a população sergipana e principalmente na elite política local, funcionava como um trunfo para ascender na sua carreira política. Responsável pela organização do Partido Católico em Sergipe, Olimpio Campos consolida sua carreira política elegendo-se deputado federal (1893-1899), e no ápice de sua consagração eletiva em Sergipe, foi eleito à presidência do Estado (1899-1902). (GUARANÁ, 1925; CAMPOS, 1958; DANTAS, 2007)

Olimpio Campos gozava de boa rede de relações, além de uma notoriedade respeitável a ponto de colocar familiares e amigos em postos políticos. Aproveitando-se da política dos governadores implantada pelo Presidente da República Campos Sales, nomeia o Secretário Geral dos negócios de seu governo para substituí-lo na presidência do Estado. Josino Odorico de Meneses, bacharel e farmacêutico, fora deputado e vice-presidente da Assembleia Constituinte de Sergipe (1893-1894) e por indicação do Monsenhor Olimpio Campos, chega ao executivo estadual (1902-1905). Olimpio Campos passando seu mandato da presidência, assume o cargo de Senador, estratégia comum entre os governantes do período, e mesmo a distancia, como prova de seu prestígio, indica como sucessor de Josino Meneses seu próprio irmão o Desembargador Guilherme de Souza Campos (1905-1908) à presidência do Estado. Olimpio Campos foi tragicamente assassinado no Rio de Janeiro pelos filhos de Fausto Cardoso, em novembro de 1906, acreditavam esta vingando a morte do pai, “inimigo” político de Olimpio, também assassinado, mataram um inocente. (DANTAS, 2007)

São muitos e diversos os recursos mobilizados pela família de Olimpio Campos e em específico pelo próprio: recursos econômicos, representado pelo frutífero engenho Periquito; recursos sociais e simbólicos, encarnados na extensa rede de relações que se configuraram dentro e em torno da família e no capital de notoriedade cada vez mais acumulado; “novos” recursos também foram acionados por esta “grande família”, como os recursos escolares, valorização de um curso superior; profissionais, na constituição de carreiras de juristas, médicos e até padres, o sacerdócio não deixa de ser uma “vocação”. Todos estes recursos são mobilizados pelos agentes da família, e quase sempre reconvertidos para a esfera política, esfera onde a família estudada foi extremamente ativa.

Os Francos e a estruturação tempo/espaço do poder

Após a Primeira República aos poucos, Sergipe se desenvolvia, com as implantações das fábricas têxteis. O comércio também se expandia, a vida urbana trazia “grandes famílias”, que antes se distribuíam nas cidades interioranas, para a capital. Famílias que compunham a classe dominante e mantinham forte influência política. Em destaque os *Francos* que durante quase toda a história sergipana sempre manteve seus membros envolvido em práticas que assegurassem a reprodução e consagração dessa família. Pode-se afirmar que a família Franco foi uma das que mais resistiram às intempéries do tempo, sempre fazendo parte da elite política e econômica de Sergipe, é o exemplo mais fiel de “grande família” constitutiva do espaço do poder em Sergipe. Sendo assim esta merece uma análise mais prolongada: constituição, trajetória, manutenção do prestígio e influência política, no decorrer da história sergipana.

Dada uma nova configuração da sociedade, “novos” recursos começavam a ser mobilizados para legitimação das posições dominantes, o que não quer dizer que os “velhos” recursos tenham sido suprimidos. O comércio, a indústria, os meios de comunicação, os partidos

políticos, os serviços públicos, a profissionalização de modo geral com base quase sempre nos investimentos escolares. Estes são alguns dos muitos “novos” recursos que podem e são acionados por agentes ou famílias visando conversões e reconversões para as esferas que lhes convenham, objetivando a ascensão ou manutenção de seus prestígios e influência sócio-política. Todavia, os recursos econômicos, encarnados em propriedades territoriais, engenhos, usinas ainda hoje são bastante acionados para a obtenção de notoriedade e participação política.

Saint Martin (1995), ao analisar as lógicas de composição e recomposição de grupos que assumem uma posição de “elite”, oferece uma explicação bastante satisfatória, para a compreensão do porque de alguns grupos das elites, políticas, econômicas, se perpetuaram e mantiveram suas posições dominantes por muitas gerações. De tempos em tempos há uma espécie de renovação das elites, essa dinâmica seria decorrente de um processo de desvalorização e de reavaliação dos diversos recursos, econômicos, culturais, sociais, simbólicos, detidos pelos diferentes agentes que compõem as elites. Então a capacidade que um grupo tem de assumir tendências inovadoras, investir em diferentes esferas e na aquisição de novos recursos, ou em recursos que estão mais em evidência, de promover reconversões mais frutíferas, ou de acumular recursos; confere a este grupo a sua inserção ou manutenção entre as elites.

Transplantando este eixo de análise para a análise da família Franco, a qual terá sua trajetória exposta a seguir, o que se tem a apreender é que, a capacidade que os Francos tiveram para expandir seus investimentos, se dedicarem as inovações, e se adaptarem as exigências do tempo são o que lhes garantiram a reprodução desta “grande família” ao longo de séculos. Enquanto outras famílias insistiam nas mesmas esferas de atuação e com poucos investimentos acabando no ostracismo, os Francos expandiram seus investimentos, nas mais diversas esferas na direção da aquisição/acumulação de novos recursos e recomposição de antigos, o que elevou a notoriedade e capacidade de reprodução e consagração desta família (SAINT MARTIN, 1995) e a classificação de família exemplar para o presente estudo.

Outra especificidade da família Franco, que lhe garantiu destaque especial neste artigo, é a sua “eterna” ligação com a esfera política e eleitoral. Os Francos quase sempre estiveram inseridos no ramo da política, reconvertendo todos os seus recursos e trunfos para esta esfera de atuação. Seus familiares assumiram e assumem postos bastante destacados da vida eleitoral do Estado, deputados estaduais, federais, senadores, prefeitos, governadores, constituindo assim nas palavras de Igor G. Grill (2008) uma “família de políticos”. Como fonte de legitimação para a ascensão eleitoral, os Francos buscaram recorrer às suas “heranças políticas”, acionando o passado político consolidado de seus familiares enquanto trunfo para conquista de postos eletivos. Os membros dessa família se apoiam sobre a criação e manutenção de laços de parentesco e por sobre num capital político acumulado pela família, que em tempos de eleição é delegado para aqueles membros que pretendem os postos políticos eletivos. Com tamanha expressiva participação política dos Francos no cenário Sergipano, pode se observar entre os membros mais destacados, um caminho em direção à profissionalização política (GRILL, 2008). A seguir, busco expor a constituição e trajetória da família Franco destacando os itinerários individuais de membros da família mais expressivos, de forma que sejam possíveis as aplicações dos níveis de análise, anteriormente apresentados.

João Gonçalves Franco (I) que provavelmente nasceu em 1690 é o membro de sobrenome Franco mais antigo que se tem conhecimento em terras sergipanas, seu nome aparece em documentos antigos que tratavam sobre o rendimento do açúcar em Sergipe Provincial (ARAÚJO, 2002). Era proprietário do Engenho Serra Negra, que foi deixado como herança para seu filho Manoel Ferreira da Cruz, morador da Vila de Santo Amaro, pai de outro João Gonçalves Franco (II). Vê-se já origem da família a ostentação de recursos econômicos centrados na propriedade de engenhos. João Gonçalves Franco (II) que deu continuidade ao ramo do cultivo da cana-de-açúcar, no Engenho Serra Negra, casou-se duas vezes, a primeira com Clemência Feliciano de Meneses, com quem teve uma única filha, Quitéria Feliciano de

Meneses; do seu segundo casamento com Ana Tereza de Jesus teve seis filhos, dentre eles o Coronel Antônio Luiz de Araújo Maciel, proprietário do engenho Paty, pai do senador Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel.

Mas foi o primeiro casamento de João Gonçalves Franco (II) que deu seguimento a linhagem Franco, sua filha Quitéria Feliciano de Meneses casou-se com Albano do Prado Pimentel (III), que já era o terceiro deste nome e teve João Gonçalves Franco (III). Faz-se necessário discorrer sobre a família Prado Pimentel. Albano do Prado Pimentel (I) (1686) e seu irmão o Sargento-mor Antônio Coelho do Prado (1688), são os moradores de Sergipe da família Prado Pimentel mais antigos que se tem conhecimento. Albano do Prado Pimentel (I) senhor do engenho Santa Rosa localizado em Itabaiana, numa estratégia de reprodução social se casou com Joana Maciel, filha do Coronel João Velho Maciel e Maria de Sá Barbosa, membro da família de Sá, família que chegou no Brasil Colônia nas primeiras embarcações e que recebendo as primeiras sesmarias, ajudaram no seu povoamento. Joana Maciel também era irmã de Francisca Maciel de Sá que casou sua filha com o Barão de Itaporanga, Domingos Dias Coelho de Melo, já mencionado neste trabalho.

Do matrimônio entre Albano do Prado Pimentel (I) e Joana Maciel nasceram três filhos, entre eles destaque para Albano do Prado Pimentel (II), este que se tornou Senhor do Engenho Danga (Itabaiana) casa com Joana Maria de Deus e tem com esta, seis filhos. Entre eles, Albano do Prado Pimentel (III) que como já mencionado casou-se com Quitéria Feliciano de Meneses, filha de João Gonçalves Franco (II) É da junção da família Franco, representada por Quitéria Feliciano de Meneses com a família Prado Pimentel, representada por Albano do Prado Pimentel (III), que nasceu uma nova linhagem sendo constitutiva da estruturação do espaço de poder em Sergipe.

Segundo Emmanuel Franco (2002) em *O Clã do Engenho Porteira*, a origem da família Franco, a qual ele (autor) faz parte, estaria ligada diretamente ao engenho mais importante e imponente da história de Sergipe. Muitas são as famílias sergipanas que nasceram a partir daquele engenho, “grandes famílias” ligadas ao cultivo da cana-de-açúcar, principal e mais rentável produto de comercialização da Província/Estado durante um longo período. No século XVIII a Vila de Santo Amaro era o centro de atração das famílias dos senhores de engenho, famílias que ao se instalarem na localidade começaram a tecer alianças entre si, promovendo casamentos entre seus membros, e reproduzindo a estirpe local. Destas estratégias de reprodução e consagração social das “grandes famílias” da aristocracia do açúcar, com base na política matrimonial, surgiram ramificações, novas linhagens, uma delas seria a família Franco, prova disso é que nas mediações onde se encontrava o Engenho Porteira, hoje está a Usina Pinheiros/Laranjeiras, propriedade dos Francos (FRANCO, 2002).

Dando continuidade a exposição da linhagem da “grande família” Franco, do casamento entre Albano do Prado Pimentel (III) e Quitéria Feliciano de Meneses, nasceram sete filhos dentre eles João Gonçalves Franco (III) (1807) este último que recebe o nome de seu avô materno, era natural de Laranjeiras, foi Coronel da Guarda Nacional, proprietário do Engenho Alagoinhas e de terras num lugar chamado Capoeira, se casa com Cecília Bibiana de Almeida, neta do Coronel Francisco de Barros Pimentel, e têm cinco filhos (ARAÚJO, 2002). Desta

última aliança matrimonial merece destaque o nome de Albano do Prado Pimentel Franco (IV/I), é a partir dos filhos deste, pessoas públicas, que os Francos passam a ser popularmente (re)conhecidos. Albano do Prado Pimentel Franco (IV/I)⁴ proprietário do Engenho São José do Pinheiro-Laranjeiras, foi casado por duas vezes, o primeiro casamento foi com Maria Rosa de São José, tiveram quatro filhos: José Paes Franco, Cecília do Prado Franco, Albano do Prado (Pimentel) Franco, este cursou medicina, atuando na área, dedicou-se também a política, foi deputado estadual (1912-1913). (GUARANÁ, 1925; CALMON, 1995). O quarto filho do

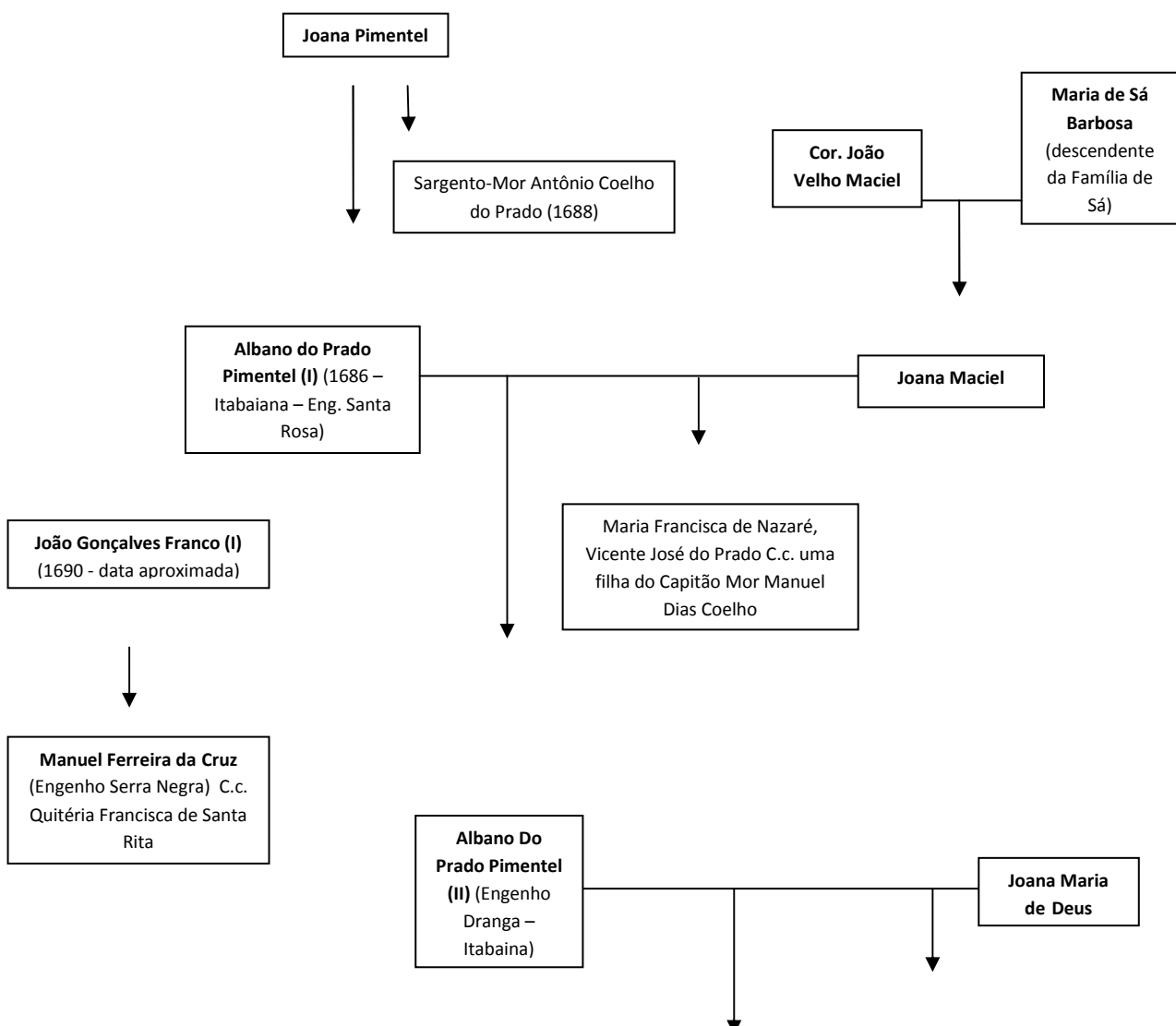
⁴ Os números em algarismos romano junto aos nomes de alguns membros da família Franco, indicam a repetição destes nomes, enquanto estratégia de reprodução familiar, Albano do Prado Pimentel (Franco) seria o IV de mesmo nome e o I com o sobrenome Franco.

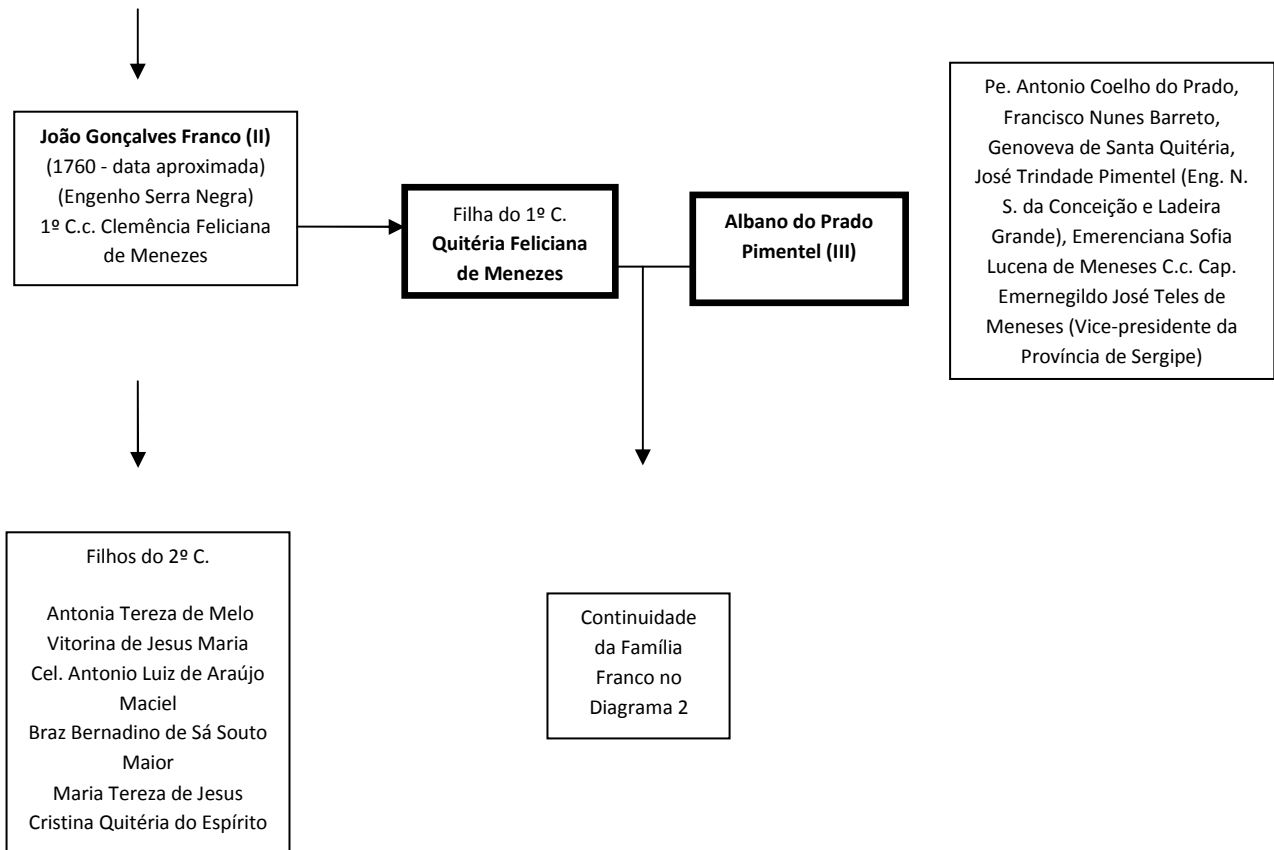
primeiro casamento seria Antônio do Prado Franco, que na década de 1920 teve enorme participação da administração política do Estado, proprietário do Engenho Central/Riachuelo, usineiro e empresário influente se associou ao governo e promoveu obras como o Mercado Municipal e o Matadouro Modelo, adquirindo ainda mais prestígio para a família. (DANTAS, 2004)

O segundo casamento de Albano do Prado Pimentel Franco (IV/I) foi realizado com Adélia do Prado Franco, neta pela linha materna do Barão de Aracajú (ALBUQUERQUE, 2002). Deste segundo casamento Albano do Prado Pimentel Franco (IV/I) teve oito filhos, todos nasceram nas terras da Usina São José, no povoado Pinheiro/Laranjeiras. (CALMON 1995; ARAÚJO, 2002). Para o presente trabalho merecem destaque os filhos mais velhos de Albano do Prado Pimentel Franco (IV/I). *José do Prado Franco (1905)* ou *Zezé do Pinheiro* como ficou conhecido, primogênito, dirigiu por muito tempo a Usina São José do Pinheiro e a fábrica de tecidos, São Gonçalo em São Cristóvão, ambas as propriedades da família Franco. Teve um

Diagrama 1

Genealogia da Família Franco – Encontro dos Francos com os Prado Pimentel





Observação:

C.c. = Casado(a) com

C. = Casamento

filho de nome Fernando Ribeiro Franco, este se formou na Faculdade de Direito de Salvador, entrou na política de Sergipe, sendo eleito Deputado Estadual para duas legislaturas (1962-1970). Vice-líder da UDN, presidente do tribunal de justiça e desembargador, teve dois filhos, entre eles Carlos Augusto, o Cacao Franco que foi prefeito de Muribeca, município interiorano de Sergipe, tendo um filho Fernando Franco Neto que em 2008 concorreu à prefeitura deste mesmo município. (SANTOS, 2002).

Walter do Prado Franco (1908), comerciante, banqueiro, industrial e pecuarista; assumiu postos dirigentes em bancos e indústrias, dedicou-se a vida política, sendo senador de 1946 a 1955 e deputado federal de 1955 a 1957, ano que vem a falecer. Em sua homenagem o prédio público da Procuradoria de Justiça de Sergipe recebe seu nome. *Manuel do Prado Franco (1911)*, foi prefeito por duas vezes do município de Laranjeiras, teve dois filhos, José do Prado Franco Sobrinho, e Célia Franco da Costa Prado, conhecida como Celinha Franco eleita deputado estadual pelo PFL em 2006.

Antes de tratar do próximo filho de Albano do Prado Pimentel Franco (IV/I), cabe aqui um apontamento analítico. Observa-se, e mais se verá o quanto os Francos estão adentrados no campo da política, remanejando recursos econômicos e simbólicos acumulados pela família com o objetivo, quase sempre alcançado, de assumirem postos eletivos. Uma prática comum entre os Francos é utilizar o passado político de sua família como trunfo legitimador para assumirem novos postos eletivo; as “heranças políticas” deixadas por familiares que já estiveram ou estão inseridos na política, são acionadas objetivando o aproveitamento do prestígio político de seus parentes na busca da legitimidade em meio a um eleitorado que já aprovou o nome Franco outrora e que teoricamente continuará apoiando seus sucessores.

Augusto do Prado Franco (1912), para este artigo, o Franco mais importante dessa “grande família” que sempre esteve relacionada diretamente com a estrutura de poder do Estado de Sergipe. O quarto filho de Albano do Prado Pimentel Franco (IV/I) e Adélia do Prado Franco, Augusto do Prado Franco formou-se em Medicina na Bahia em 1937 com uma especialização no Rio de Janeiro. Voltando a Sergipe no final de 1938 assume parte nos negócios de família, que eram tocados pelos irmãos mais velhos, José Franco e Walter Franco. (SANTOS, 2002). Os empreendimentos da família cresciam de forma impressionante, além das usinas de açúcar, do Banco e da fábrica de São Cristóvão, Augusto Franco adquiriu a fábrica Sergipe Industrial, em

Aracaju e o Engenho Central, em Riachuelo. Apesar da sua formação em medicina Augusto Franco sempre teve um trato especial com o mundo empresarial, continuou investindo no Estado, liderando os usineiros na Cooperativa e depois no Sindicato, enquanto participava de outras pequenas empresas, como a Indústria e Comércio Franco, e na da gestão de um Banco. (site: Enciclopédia Nordeste)

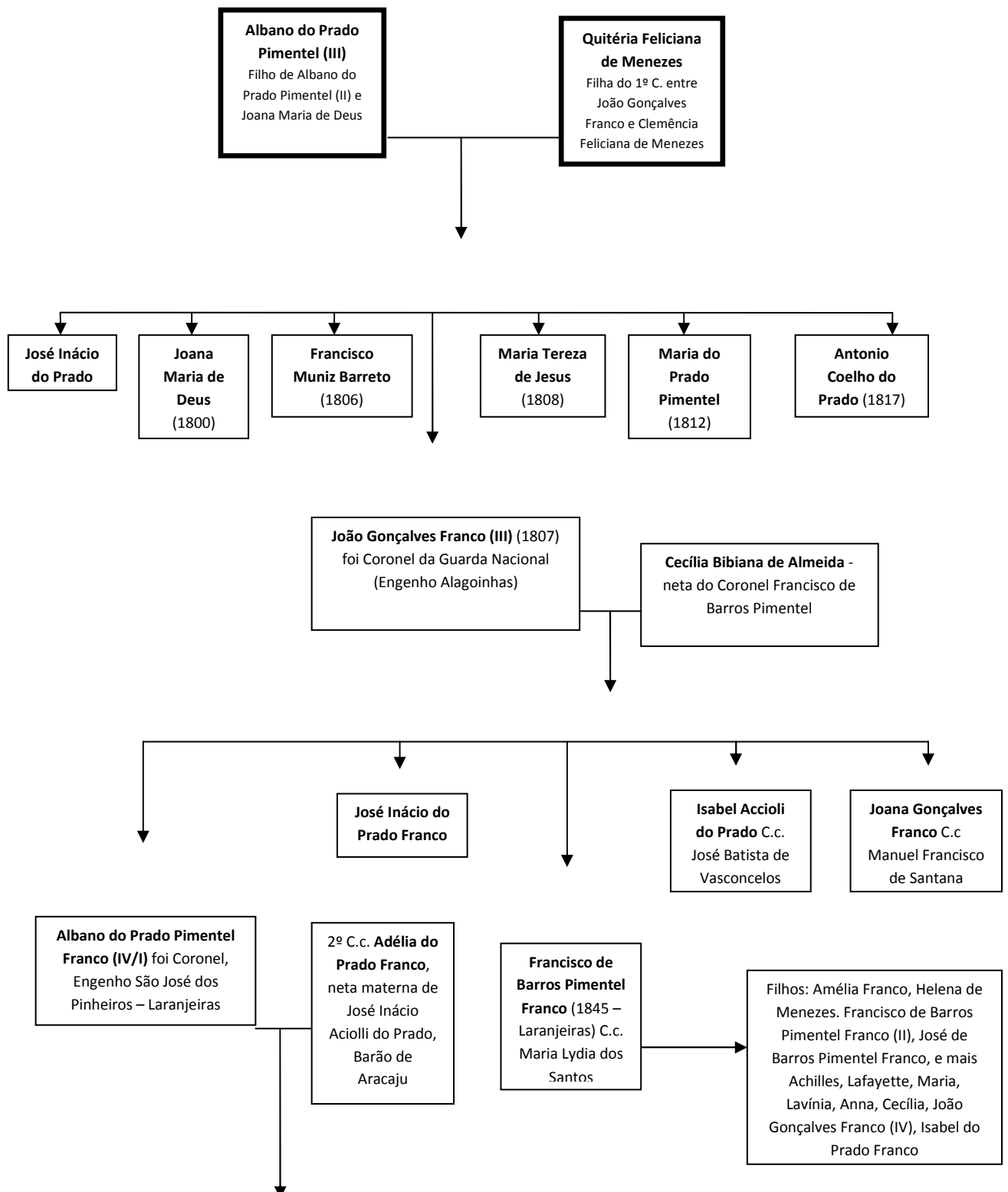
Numa estratégia de ampliação e diversificação das atividades empresariais da família, Augusto envereda também no ramo da comunicação: a partir de sua iniciativa foram surgindo a Atalaia AM, a Rádio Cidade em Simão Dias, depois a TV Atalaia e Atalaia FM e, o Jornal da Cidade, a TV Sergipe e a FM Sergipe. Figura destacada de Sergipe, nas palavras do jornalista Osmário Santos (2002): “Peça importante na consolidação da economia sergipana, Augusto do Prado Franco sempre teve uma visão empresarial invejável e não tinha medo de investir em diferentes áreas, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento do Estado”. (p. 150).

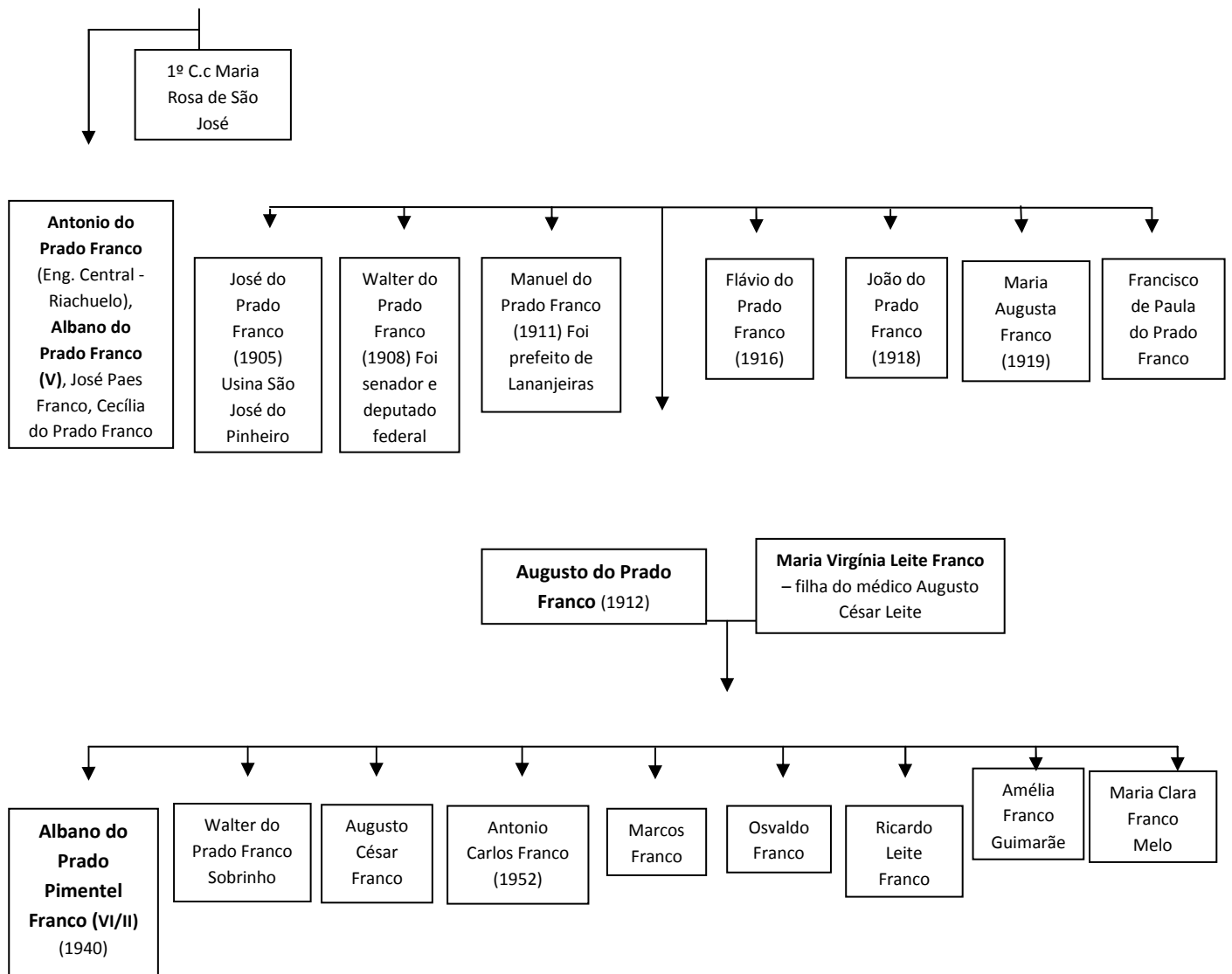
A partir do exemplo de Augusto Franco e de alguns outros membros dessa “grande família”, temos a plena visão daquilo que Saint Martin (1995) denominou de “predisposição para a inovação”. Os Francos não se intimidaram com as mudanças ocorridas na estrutura da sociedade sergipana no decorrer dos tempos, se adaptaram as novas formas de investimento.

Quanto mais diversificadas forem as esferas de atuação de um grupo ou uma família, maior será a quantidade e diversidade de recursos acumulados por este mesmo grupo, e por sua vez, maior será o leque de possibilidades de reconversões proveitosas. A polivalência dos investimentos da família franco é um bom exemplo pra comprovar esta hipótese, a princípio a família Franco acumulara um expressivo capital econômico, e concomitantemente um capital simbólico de notoriedade e status que conferiram a família, novos investimentos, em direção à escolarização e profissionalização. Muitos dos membros da família Franco buscaram completar o nível superior, complementando-os com cursos de especialização fora do estado, e/ou se profissionalizando em áreas já consagradas como a jurídica, medica e mesmo a empresarial,

Diagrama 2

Genealogia da Família Franco





formado assim uma renovada estirpe detentora de um capital cultural que dantes era sublimado.

Em sua carreira política, Augusto Franco foi eleito pela ARENA, partido de situação no período da Ditadura Militar, deputado federal 1967-1971, depois senador 1971-1979, e por fim, no auge da expressão política da família Franco tornou-se governador de Sergipe, (eleito indiretamente) de 1979-1982 e novamente deputado federal, de 1987-1991, já pelo PDS. Por conta de sua atuação política em Brasília e de todo o seu prestígio ele foi eleito presidente do Partido Democrático Social (PDS) a nível nacional. (site: Enciclopédia Nordeste; DANTAS, 2004).

Augusto Franco foi casado com Maria Virgínia Leite Franco, filha do notável humanista, médico, intelectual, professor e político, Augusto Cezar Leite. Com ela teve nove filhos, todos enveredaram no ramo empresarial seguindo seu pai: *Amélia Franco Guimarães*, funcionária

pública federal; *Maria Clara Franco Melo*, empresária; *Marcos Franco*, empresário, foi deputado estadual (2002-2006); *Oswaldo Franco*, diretor-superintendente da Usina São José do Pinheiro; *Ricardo Leite Franco*, proprietário da tradicional fábrica de tecidos Confiança. *Augusto César Franco*, formado em economia, pela UNB, foi superintendente da TV Atalaia, filial da Rede Record, diretor do Jornal da Cidade, e sócio da TV Sergipe, afiliada da Rede Globo (Infonet, 2002, jornal online). *Walter do Prado Franco*, presidente da TV Atalaia, foi deputado estadual, 1982.

Antônio Carlos Franco, foi eleito deputado federal em 1966 fez um curso Técnico de Administração em São Paulo, passou por todas as Usinas da família. Inicia sua vida política, no lugar de seu pai, o ex-governador de Sergipe, sempre em seus pronunciamentos, ele se remetia a glória política de seu pai. É o exemplo mais fidedigno do usufruto eficaz da “herança política” que se pode observar entre os Francos, Antônio Carlos Franco, ao aciona recursos como o passado político de seu pai; o prestígio que este conquistara, a sua rede de relações pessoais e políticas; espera obter legitimação em sua candidatura ou mesmo na sua atuação política. (Grill, 2008). Antônio Carlos Franco ainda foi prefeito do município de Laranjeiras, e numa estratégia de reprodução político-familiar mobilizou seus recursos políticos, para inserir seu filho Marcos Franco na política, este fora eleito aos 21 anos deputado estadual nas eleições de 1998.

*Albano do Prado Pimentel Franco (VI/II)*⁵, é o filho de Augusto Franco que tem uma carreira política mais ativa. Nasceu em 1940 em Aracajú, como seus irmãos, estudou no Colégio Salvador, colégio de referência em Sergipe, concluindo seus estudos primários em São Paulo. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Sergipe em 1966, cedo começou no ramo empresarial, a mando de seu pai, assumindo a direção da Usina Pinheiros e da Fábrica têxtil Sergipe Industrial, além de outras posteriormente como a Refresco Guararapes, FM e TV Sergipe. Em 1966 ingressa na política eletiva sergipana junto a seu pai, este como candidato a deputado federal, o mais votado do Estado, enquanto Albano foi candidato a deputado estadual, sendo eleito (1967-1971). Seu destaque no setor empresarial lhe rendeu a presidência da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (1971-1977), projetando-se daí para a presidência da CNI (Confederação Nacional das Indústrias). (SANTOS, 2002)

Albano Franco teve uma vida partidária muito ativa, foi Presidente da Executiva Estadual da ARENA (1972 -1975); presidente do PDS em Sergipe, depois veio a ser Vice-Presidente de Honra do PSDB, Sergipe. (SANTOS, 2002). Desta sua militância partidária teve contatos e formou alianças com lideranças políticas de peso, expandindo sua rede de relações políticas, e reconvertendo estes recursos de volta para a esfera política eletiva. Nas eleições de 1982, Albano Franco se elege para o senado, sendo reeleito e permanecendo no posto de 1983 a 1994. Detentor de uma visão privilegiada para os processos políticos procurou sempre apoiar a política situacionista, transitou por vários partidos, ARENA/PDS (até 1979), PFL (1980-1985), PMDB (1990-1992), PRN. (DANTAS, 2002). Pelo PSDB, partido de FHC, e por meio de uma coligação confusa com o PFL em 1994, Albano Franco repete o feito de seu pai, e se elege Governador do estado de Sergipe, consegue a reeleição, disputando com o seu antigo correligionário João Alves Filho, fica a frente do executivo estadual de Sergipe de 1995 a 2003, em 2006, como prova de sua expressividade na vida política do Estado elegeu-se deputado federal. Casado com Leonor Barreto Franco, Albano Franco teve dois filhos: Ricardo Franco, considerado um dos melhores empresários do país, crescendo os negócios da família, e Adélia Franco Maranhão, formada em Direito.

Sendo os Francos fundamentais na estruturação do espaço do poder de Sergipe; como ficou provado, não só do espaço, mas também no tempo. Do século XVII ao XXI, os membros da família Franco vêm se destacando e fazendo a história de Sergipe. Inseridos nas mais distintas esferas de atuação, detentores das mais diferenciadas espécies de recursos, promovendo conversões e reconvertendo destes recursos, de forma a perpetuar e consagrar a família,

⁵ É o VI Albano do Prado Pimentel, se contado o seu irmão paterno, e o II com o sobrenome Franco.

reproduzindo esta, de forma tão eficaz que hoje em dia continua sendo uma das, se não a família mais notável de Sergipe. Os Francos enquanto “grande família” de monumentais investimentos fez e ainda faz parte da elite política sergipana.

4. CONCLUSÃO

Na busca da compreensão do funcionamento das engrenagens sócio-políticas do estado de Sergipe, partindo da análise da constituição das estruturas de poder durante sua história, constata-se que, a construção dos espaços de poder gira em torno de “grandes famílias” e de seus principais representantes. Tomando como base as “grandes famílias” que foram objeto empírico do presente trabalho, conclui-se que, os grupos familiares para legitimarem suas posições elitistas, na estrutura de poder em Sergipe, inserem-se em diferentes esferas de atuação, a exemplo das esferas: econômicas, sociais, simbólicas, militar, religiosa, sobretudo políticas; a partir destas inserções, conquistam e acumulam recursos diversos, como: a posse da terra, a propriedade de engenho ou Usina, a carreira militar, a vocação religiosa, a titulação acadêmica, a notoriedade, seja do agente ou da família, o status de empreendedor de sucesso, a carreira política, entre outros.

A partir na análise das trajetórias dessas famílias e dos itinerários de seus membros mais expressivos, conclui-se também que, alguns dos recursos que fornecem poder, prestígio e levam, por meio das reconversões, à consagração das “grandes famílias”, perdem ou diminuem seu grau de importância e de conversibilidade, no decorrer da história de Sergipe; enquanto isso novos recursos se apresentam promissores para este objetivo. Este fato promove de tempos em tempos a substituição de alguns grupos dominantes, que perdem posição por não promover novos investimentos, por não se moldarem as exigências do poder. Todavia há grupos e/ou famílias que se mantêm em posições elitistas ao longo de séculos, como é o caso dos Francos, isso ocorre devido à capacidade que esta família tem de adaptar-se às inovações, ao longo de gerações bem sucedidas e consagradas; os Francos atenderam as exigências do poder - enquanto critério de perpetuação familiar – além de inovarem antigos investimentos, investiram em recursos escolares, profissionais e no ramo empresarial e nas carreiras políticas.

A família de Sebastião Boto, (ao menos pelas informações coletadas) ao consagrar-se enquanto “grande família” centrou-se mais nos recursos econômicos, militares, nas redes de relações pessoais, e na esfera política. Com os “filhos do Periquito”, aparecem os primeiros investimentos escolares e profissionais, a vocação religiosa, e a dedicação a política eletiva. Como regra geral para estas “grandes famílias” que constituíram a estrutura do espaço de poder em Sergipe, destacamos duas práticas: as estratégias de reprodução familiar, em específico as alianças matrimoniais e as carreiras políticas consolidadas pelas “heranças políticas”, ambas lógicas de consagração familiar.

Esperamos que os leitores compreendam que não estamos tentando dizer que apenas estas famílias em específico foram responsáveis pela estruturação do espaço de poder em Sergipe, sendo que existiram e ainda existem várias outras famílias que também contribuíram na arquitetura das engrenagens do poder neste estado, a exemplo dos Garcez, Rollemberg, Teixeira, Maynard, Dias Melo, etc. Convém observar que estas outras famílias também estão sendo analisadas por nós numa pesquisa paralela, para os propósitos deste trabalho as famílias que foram abordadas se mostraram mais satisfatórias para a exequibilidade da pesquisa. Esperamos que os eixos de análise aqui trabalhados sejam passíveis de aplicação em outras realidades, de forma que, seja viável o descortinamento das estruturas de poder em outros Estados a partir da análise das “grandes famílias”.

1. ABREU, Ricardo N. Os oficiais do exército brasileiro e a formação da elite intelectual sergipana no século XIX: 1822-1889. São Cristóvão, 2006. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação), UFS, 2006.
2. ALBUQUERQUE, Samuel B. de Medeiros. Aspectos do Baronato Sergipano, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracajú: n.33°, 2002.

3. ARAÚJO, Ricardo Teles de. Famílias Sergipanas no período colonial. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: n° 33, 2002.
4. BARATA, Carlos de A. Sergipe – Governadores e Presidentes da Província (1821-1889). Rio de Janeiro: Colégio Brasileiro de Genealogia, [2005?]. Disponível em: http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_s_04.html. Acesso em: 18 jan. 2010.
5. BOURDIEU, P. *Cultura e Política*. in: Questões de Sociologia. Lisboa: Fim do Século, 2003.
6. CALMON, Pedro. XVIII. Maciel de Sá, Sá e Menezes (Bahia), Prado Pimentel Franco: Albano Franco. Disponível em: http://www.buratto.net/doria/Sa_2.pdf.
7. CAMPOS, Edilberto. Se não me falha a memória. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: n° 22, Vol. XVII, 1958.
8. CARMELO, Padre A. Olimpio Campos Perante a História. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas, 1910.
9. CORADINI, Odaci Luiz. Em nome de quem? *Recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, UFRJ, 2001. p. 7-18.
10. _____. As elites como objeto de estudo. In: _____. (Org.). Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. P. 7-18.
11. DANTAS, Ibarê C. Eleições em Sergipe (1985/2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.
12. _____. História de Sergipe: *República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.
13. _____. A Trajetória Política de Olimpio de Souza Campo – 1853/1906. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: n° 36, 2007
14. ENCICLOPÉDIA NODERTE. Augusto Franco (1). Disponível em: <http://www.encyclopediaordeste.com.br/022.php>
15. FREIRE, Felisbelo. História de Sergipe. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977.
16. GRILL, Igor Gastal. Heranças políticas, bases sociais e especialização política no Rio Grande do Sul. In: CORADINI, Odaci Luiz. (Org.). Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. P. 129-148.
17. GUARANÁ, Manoel A. C. Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano. Rio de Janeiro: [s.n.], 1925. Disponível em: http://iaracaju.infonet.com.br/serigysite/includes/serigysite/242/Dicionario_Armando_Guarana_set2007.pdf. Acesso em: 15 dez. 2009.
18. MICELI, S. *Biografia e Cooptação* (O estado atual das fontes para a história social e política das elites no Brasil). In: Intelectuais à Brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
19. NUNES, Maria Thetis. Sergipe Colonial I. 2ª Ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.
20. _____. Sergipe Provincial II (1840/1889). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Aracaju: BANESE, 2006.
21. SAINT MARTIN, M. Reversões e reestruturações das elites: *O caso da aristocracia em França*. In: *Revista Análise Social*. Vol. XXX (134), 1995 (5.º), 1023-1039. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223389034F9vBA2bc9Cp29OZ5.pdf>.
22. _____. Da Reprodução às Recomposições das Elites: *As Elites Administrativas, Econômicas, e Políticas na França*. In: TOMO, *Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais/Universidade Federal de Sergipe* N° 1 (1998). São Cristóvão- Se, n° 13 jul./dez., 2008, p. 43-73..
23. SANTOS, Osmário. Memórias de Políticos de Sergipe no século XX .Aracaju: Gráfica J Andrade, 2002.
24. SEIDL, Ernesto. A espada como “vocação”: *padrões de recrutamento e de seleção das elites do exército no Rio Grande d Sul (1850-1930)*. Porto Alegre, 1999. 203f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). UFRGS. Porto Alegre, 1999.
25. _____. A espada como “vocação”: *as “grandes famílias” e o exército do Rio Grande do Sul (1850-1930)*. Teoria & Sociedade, revista da UFMG, Minas Gerais, n° 9, p. 104-139, jun. 2002.